

Vem aí programa de recuperação de actividade médica e cirúrgica com intensidade redobrada no HDES

O governo açoriano anunciou a implementação de uma medida para recuperar a atividade médica e cirúrgica após o incêndio no hospital de Ponta Delgada, enquanto o PS propôs um programa de emergência para recuperar listas de espera

“Dando seguimento ao programa do XIV Governo, começará a ser implementado o programa de recuperação de atividade médica e cirúrgica DIAGNOSIS +, com intensidade redobrada no HDES [Hospital Divino Espírito Santo], e especial atenção para a quebra de produção da atividade cirúrgica perante a ausência de condições de segurança para a abertura total das seis salas de bloco operatório, após o incêndio do passado dia 04 de Maio”, disse a secretária regional da Saúde e Segurança Social.

Mónica Seidi falava na discussão do Plano e Orçamento para 2025 no plenário da Assembleia Legislativa Regional, na Horta.

Na sua intervenção, a governante referiu que “a dispersão de serviços



fora do HDES é cada vez menor, sendo essencial o papel do hospital modular como estrutura diferenciada para a atividade médica e cirúrgica habitual, mas também possibilitará uma intervenção mais rápida no futuro HDES enquanto estrutura de retaguarda”.

A governante referiu que, na semana passada, o serviço de cardiologia e a sala de hemodinâmica regressaram “ao seu local de origem, restando agora apenas dois polos de funcionamento do HDES fora do HDES: um na Ribeira Grande e outro na CUF”.

Mónica Seidi também assegurou

que, no próximo ano, o Hospital Digital será “uma realidade para os utentes e profissionais do setor”.

“Começa, assim, a ser visível este projeto de excelência para o Serviço Regional de Saúde (SRS), permitindo colocar as várias instituições a comunicar de forma facilitada e agregar toda a informação do utente no mesmo repositório de informação”, afirmou.

Também em 2025 “a marca ‘My Saúde Açores’ será uma realidade que muito honrará o SRS, colocando a região na vanguarda da interoperabilidade entre sistemas de informação neste setor”, disse.

PS quer programa de emergência para recuperar listas de espera

No debate, o deputado socialista José Toste disse que o seu grupo parlamentar vai propor a criação de um programa de emergência para recuperar as listas de espera, que foram agravadas pelo incêndio do HDES,

alegando que “o que está em causa é a vida e a dignidade de quem mais precisa”.

O socialista referiu que, no Orçamento para 2025, o DIAGNOSIS + “não tem qualquer verba inscrita” para a recuperação das listas de espera cirúrgicas, que aumentaram devido ao incêndio no HDES.

António Lima (BE) salientou que o Orçamento significa que “pouco ou nada se avançará” na reconstrução do HDES, enquanto José Pacheco (Chega) perguntou quando começam as obras de recuperação do hospital, “porque é uma urgência” a sua requalificação.

A secretária regional da Saúde e Segurança Social açoriana referiu ainda na sua intervenção que o executivo de coligação PSD/CDS-PP/PPM pretende continuar no próximo ano com o apoio à infância e juventude, aos idosos e às famílias, à deficiência, às vítimas de violência doméstica, aos toxicodependentes e à luta contra a pobreza e exclusão social.

Municípios dos Açores com mais de mil habitações aprovadas pelo PRR

A Associação de Municípios dos Açores manifestou satisfação pela aprovação de 50% das candidaturas apresentadas ao 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, com financiamentos para 507 construções de raiz e 534 reabilitações

O presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (AMRAA), Alexandre Gaudêncio, explicou que as candidaturas integram “um ‘plafond’ de 26 mil habitações que no país serão financiadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência” (PRR).

Segundo Alexandre Gaudêncio, no final da semana passada o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) aprovou a lista definitiva das 26 mil habitações, estando as autarquias dos Açores dentro desse

‘plafond’.

Ainda segundo o autarca da Ribeira Grande, na ilha de São Miguel, foram “aprovadas 507 candidaturas” dos municípios açorianos para financiamento a construções de raiz de habitações e “534 candidaturas de reabilitação”, num “valor estimado a rondar os 100 milhões de euros”.

Quanto às restantes candidaturas, 351 das quais destinadas à construção de novas moradias e 608 para reabilitação, Alexandre Gaudêncio explicou que “não foram aprovadas nessa fase”, mas “estão em carteira”, havendo a expectativa que possam vir a ser criadas novas linhas de apoio.

“Esperamos que alguns dos municípios que ficaram com as suas candidaturas em carteira possam



ver inscritas, numa segunda fase, as candidaturas de construção de novas moradias e reabilitação para que até 2030 as autarquias possam fazer face às suas necessidades de habitação”, sublinhou.

Ainda de acordo com Alexandre

Gaudêncio, muitas das habitações a reabilitar “já eram património municipal”.

“Neste momento 50% das candidaturas foram aprovadas”, insistiu, assinalando que, apesar de ser uma “notícia que já tardava”, uma vez que os projetos têm que ser executados “até Junho de 2026”, é “uma boa notícia”.

De acordo com a AMRAA, as candidaturas agora aprovadas serão alvo de um protocolo diretamente com o IHRU.

“Achamos que se trata de uma boa notícia, porque efetivamente vamos dar início a uma preocupação que é partilhada por todos nós que é a falta de habitação acessível para as populações”, salientou.

Investimentos na Educação geram debate

O governo açoriano assegurou que o Plano de Investimento da Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto para 2025 apresenta mais seis milhões do que o de 2024, mas a oposição continua a apontar carências na educação

“O Plano de Investimento da Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto para 2025 é de 61 milhões de euros, mais seis milhões do que o Plano apresentado e aprovado em 2024 e mais 24 milhões do que no último Plano apresentado pelo PS”, disse a secretária regional da tutela, Sofia Ribeiro, no parlamento.

No debate, a socialista Inês Sá referiu que a educação “deveria ser

a prioridade” do Governo Regional, mas na análise do documento, se forem retirados os manuais escolares, verifica que o aumento de verbas “não chega a 1,3 pontos percentuais”.

“A inovação trazida a este Plano e Orçamento resume-se aos incentivos à fixação de pessoal docente, prometidos há pelo menos três anos, aos quais foi atribuída uma verba no montante de 100 mil euros”, apontou.

O deputado do BE, António Lima, referiu que a educação “foi uma das vítimas da política do governo”.

“Nas escolas falta material, mas quem deve levar falta é o governo. Os fundos escolares são irrisórios e

os pais chamados a comprar material para que os seus filhos tenham material na escola”, afirmou.

Por sua vez José Pacheco (Chega), salientou que para haver boa educação é preciso ter “coisas fundamentais” e “uma delas são as infraestruturas”, adiantando que, salvo exceções, o parque escolar dos Açores “está uma desgraça”.

O eleito do PAN, Pedro Neves, falou das escolas das Laranjeiras, Lagoa e Gaspar Frutuoso, que continuam com problemas estruturais por resolver e da falta de assistentes operacionais nos estabelecimentos de ensino, uma situação que “já está a ser bastante grave”.

A social-democrata Delia Melo referiu que a educação “está no bom caminho” e o executivo pode “ter orgulho” daquilo que foi feito e “das conquistas alcançadas”.

Lamentou as “críticas infundadas a tudo quanto é feito” pelo governo e disse que a oposição “não quer ver que o sucesso educativo está em ascensão, nem ver que há uma redução significativa daquilo que é o abandono precoce de educação e formação”.

Por fim, Catarina Cabeceiras (CDS-PP) referiu que, na educação, o Plano e Orçamento para o próximo ano é um documento de “continuidade e progresso”.